

## Mais de 65 mil diplomas são cancelados pelo MEC em acusação de fraude que envolve Universidade Iguazu

Instituição com sede na Baixada Fluminense chancelou certificados de conclusão de curso de faculdades de todo o país

Aline Ribeiro

01/04/2019 - 09:28 / Atualizado em 01/04/2019 - 15:43



Fachada da Unig: após CPI em 2016, MEC instaurou processo administrativo contra a universidade, afastou o corpo diretivo e a impediu de registrar novos diplomas Foto: Cléber Junior

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

SÃO PAULO — Depois de mais um ano de espera, o professor Fabrício César Heleno Santos foi chamado para assumir a vaga conquistada num concurso público para diretor de uma escola no Guarujá, no litoral de São Paulo. Sua posse aconteceria no começo de janeiro, mas ele foi impedido de tomá-la. Isso porque o registro de seu diploma em Pedagogia, pré-requisito para exercer a função, estava cancelado. O diploma de Santos foi um dos 65.173 documentos cancelados por uma portaria do Ministério da Educação (MEC) do fim do ano passado. Todos os diplomas haviam sido chancelados pela Universidade Iguazu (Unig), com sede em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, investigada por participar de um esquema de fraude na educação com alcance nacional.

email@email.com.br

CADASTRAR

Já recebe a newsletter diária? [Veja mais opções](#)

RECEBA  
AS  
NEWSLETTERS  
DO

—Ser diretor era um sonho, fiz um planejamento de vida, estudei pro concurso, fiz cursos preparatórios. Quando acho que vou relaxar, me estoura uma bomba dessa. Não tive férias, não tive Natal nem final de ano. Vou fazer 42 anos e, pela primeira vez na minha vida, tomei calmante — disse Santos.



SAIBA MAIS

### Justiça dos EUA revela esquema de propina para admissões em universidades como Yale e Stanford



### MPF do Rio pede cancelamento de matrícula de alunos da Unirio e da UFRJ por fraude em cotas



### Comissões universitárias já impediram matrícula de 1,5 mil cotistas pelo país



### Unesp expulsa 27 alunos por burlar cotas



Assim como os donos dos mais de 65 mil diplomas cancelados, Santos foi pego de surpresa. Soube por amigos, via WhatsApp, que diplomas com a chancela da Unig estavam numa espécie de “lista suja” do MEC e não tinham mais validade. Embora o registro de seu diploma fosse da Unig, Santos nunca cursou essa universidade. Em 2013, quando ingressou na segunda licenciatura, em Pedagogia, fazia aulas num instituto de ensino em Santos, parceiro da Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (Falc), que obtinha os registros da Unig. Até então, pelas regras do MEC, diplomas expedidos por faculdades tinham de ser registrados por universidades — abrindo brecha para possíveis fraudes.

Santos diz ter se assegurado de que a situação da Falc estava regular no site do MEC. Contou ter frequentado aulas presenciais, feito provas e Trabalho de Conclusão de Curso. Pelo curso todo, pagou 18 parcelas de R\$ 350. Um ano e nove meses depois, já tinha o diploma. O GLOBO ouviu outros cinco professores em situação semelhante. Alguns também prejudicados em concursos públicos. Para o advogado Rafael Leoni, que defende alguns deles, a medida fere os direitos do consumidor.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

— Eles cursavam uma faculdade com boa avaliação no MEC, nome no mercado e que estampava legalidade. Faziam tudo como manda o figurino — disse Leoni.

A fraude da qual Santos foi vítima se tornou conhecida das autoridades por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa no Estado de Pernambuco. Em 2016, o relatório final da CPI concluiu que o esquema, em geral, envolve três entidades associadas: uma instituição de ensino que oferta cursos livres como se fossem de graduação e pós-graduação; uma faculdade reconhecida pelo MEC, mas sem permissão para terceirizar estes cursos ; e, por fim, uma universidade, que garante os registros dos diplomas. Na maior parte dos casos, os cursos oferecidos eram mais baratos que a média no mercado e menos exigentes em carga horária e avaliações.

Segundo a CPI, essas instituições iludiam alunos a partir da venda de cursos irregulares ao terceirizar o serviço de educação. A Unig teve papel chave na fraude por conferir “o aspecto formal de legalidade ao esquema de diplomação irregular em todo território nacional”. Depoimentos na CPI mostraram que a Unig levava de um a dois meses para chancelar os diplomas. Em outras universidades, o processo levava mais de um ano. As investigações apontaram crimes como propaganda enganosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica, estelionato e associação criminosa.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

A Unig era uma das dezenas de instituições envolvidas na fraude, segundo a CPI. Na ocasião, o MEC instaurou um processo administrativo. Afastou o corpo diretivo da Unig (reitor, vice, entre outros), suspendeu sua autonomia universitária, o que a impediu de registrar novos diplomas, nomeou um interventor e determinou uma auditoria interna. Depois de cumprir um protocolo de compromisso com o MEC, com a interveniência do Ministério Público Federal (MPF) de Pernambuco, a Unig cancelou os mais de 65 mil diplomas registrados para terceiros. Em troca, limpou sua barra com o MEC. De acordo com a portaria recente, retomou a permissão para emitir diplomas e tem até autonomia para abrir cursos.

Professores que buscavam uma segunda licenciatura em Pedagogia para melhorar salários nas redes municipal e estadual de ensino, ou ainda para prestar concursos, foram prejudicados. O Centro do Professorado Paulista, que representa os profissionais do magistério, solicitou ao secretário de Educação de São Paulo que “assegure a utilização dos referidos diplomas para todos os fins”. Como não obteve retorno, entrará com um mandado de segurança coletivo. Não é possível estimar quantos professores deixaram de tomar posse por terem seus diplomas cancelados. A Secretaria de Educação de São Paulo se limitou a afirmar que aguarda a tramitação do processo administrativo instaurado pelo MEC, além de apreciação da Procuradoria-Geral de Estado, e que “todas as medidas administrativas serão adotadas”.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Assustados com o cancelamento dos diplomas, os professores se organizaram no WhatsApp. Há pelo menos três grupos em São Paulo, com mais de 700 pessoas. Com medo da exposição, firmaram uma espécie de pacto de silêncio. Muitos deles não quiseram conceder entrevista. Temem ser acusados de contratar um curso fácil. As vítimas da Unig reconhecem que alguns dos cursos com diplomas cancelados eram irregulares, mas não todos.

O professor Everton Lara Seixas, de 38 anos, cursou Pedagogia na sede da Falc, em Carapicuíba. O curso durou três anos. No ano passado, ele foi convidado por uma escola de Diadema para assumir a vice-direção, cargo que exige o diploma, mas não concurso. Ao apresentar a documentação, foi surpreendido pela recusa da Secretaria de Educação. Teve de voltar à escola de origem.

— Precisei convencer a diretora a me aceitar de volta. Foi transtorno grande. Noites de insônia, preocupação... Em vez de rever caso a caso, a Unig cancelou esse monte de diplomas. Não separou o joio do trigo — afirmou.

Tanto Santos quanto Seixas entraram na Justiça. Ambos obtiveram uma liminar para assumirem seus postos. Santos tomou posse há alguns dias. Seixas conseguiu a vice-diretoria da escola de origem. Depois do caso Unig, as regras para emissão e registro de diplomas para graduação foram alteradas pelo MEC no ano passado, a fim de evitar fraudes.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Em nota, a Unig disse que os cancelamentos ocorreram “em decorrência do processo de supervisão instaurado pelo MEC que visava apurar os registros realizados em diplomas emitidos por faculdades sem autonomia para registro do próprio diploma, em desacordo com seus atos autorizativos”.

A defesa da Falc afirmou que entrou na Justiça para tentar “reverter a decisão e revalidar os diplomas, a fim de não prejudicar os alunos, que não tem culpa”. Segundo o MEC, no processo de apuração de irregularidades ficou constatado que, no período de 2011 a 2016, a Unig teria realizado 94.781 registros de diplomas de cursos superiores de outras instituições. Depois de firmar o protocolo de compromissos, “a Unig adotou, efetivamente, providências para normatizar e sistematizar seus procedimentos de registro de diplomas de modo a conferir a idoneidade da documentação apresentada pela instituição emitente do diploma”.

Do total de diplomas registrados, regularizou parte deles e cancelou 65.173 dos registros irregulares (67,45%). O MEC afirmou ainda que Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC) foi uma das 25 instituições de ensino superior “descredenciadas por este Ministério com comprovada atuação irregular de emissão de diplomas e certificados irregulares pela CPI da Alepe”.

COMENTÁRIOS

ANTERIOR

**Financiamento, ingresso e estrutura:**

PRÓXIMA

**Falha no sistema do Fies deixa**



MAIS LIDAS NO GLOBO

**1. Bolsonaro diz que horário de verão deve acabar neste ano**

Alan Gripp e Paulo Celso Pereira

**2. 'Aliança pode sair da mão de Vélaz e ir para a gaveta', diz Bolsonaro sobre possível demissão de ministro**

Alan Gripp e Paulo Celso Pereira

**3. Barcelona blinda joia de 16 anos com multa de 100 milhões de euros**

O Globo

**4. Governo do Estado ajuda, e Flamengo e Fluminense devem gerenciar o Maracanã**

Bruno Marinho e Igor Siqueira

**5. Estabelecida no triatlo, Amandha Lee já sonha com o ironman**

O Globo



MAIS DE EDUCAÇÃO

VER MAIS

**Esta matéria não aceita mais comentários**

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio ou ilegal

[PERGUNTAS MAIS FREQUENTES](#) • [TERMOS DE USO](#)

COMENTÁRIOS

CARREGAR MAIS COMENTÁRIOS